

4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS DO PPCDAM E PPCERRADO

12 DE DEZEMBRO DE 2017

Horário: das 9h às 17h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios, bloco B, 8º andar, sala 814.

Participantes: Lista de presença em anexo.

Elaboração da memória: Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DFCD/SMCF/MMA)

1. Abertura e apresentação dos pontos de pauta

- Na qualidade de coordenador-suplente das Comissões Executivas, o diretor de Florestas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Jair Schmitt, inaugurou a 4ª reunião de 2017.
- Enalteceu às comissões, que mantiveram quórum alto e qualificado em todas as reuniões do ano, marcando a retomada em marcha desta importante instância de governança. Mencionou a queda do desmatamento no último período monitorado pelo sistema PRODES e a tendência de nova redução no próximo ano, e que os desafios a serem enfrentados para sustentar a queda no desmatamento dependem do esforço conjunto e atuação precisa das instituições que integram os planos.
- Em seguida apresentou a proposta de pauta para apreciação dos membros, sendo aprovada nos seguintes termos:

Horário	Atividade	Responsável
9h00	Abertura	MMA
9h10	Aprovação da memória da 3ª reunião (24 de agosto de 2017)	MMA
9h20	Informes da Secretaria Executiva dos Planos	MMA
9h45	Informe sobre o monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia e no Cerrado	Inpe
10h15	Balanco de Trabalho de 2017 das Câmaras Temáticas de Fiscalização Ambiental e de Manejo Florestal	Ibama, SFB e MMA
10h45	Apresentação geral do Balanço 2017 (PPCDAm e PPCerrado)	MMA
11h15	Considerações sobre a evolução dos resultados	Membros
12h15	<i>Almoço</i>	
14h00	Discussão e deliberação da proposta de Resolução nº 1/2017: “Metodologia de monitoramento”	Membros
15h00	Discussão e deliberação da proposta de Resolução nº 2/2017: “Recomendações prioritárias para 2018”	Membros
16h00	Outros assuntos e encaminhamentos gerais	Membros
16h45	Definição de calendário para as reuniões de 2018	Membros
17h00	Encerramento	MMA

2. Informes da Secretaria Executiva dos Planos

- O DFCD/MMA compartilhou informações sobre o avanço de agendas de interesse da comissão, e que se relacionam com os objetivos dos planos, a saber:

4ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

- a) Necessidade de atualização de indicados na Portaria nº 338, de 24 de agosto de 2017 (SERFAL, DPF, MME e Funai). Alguns representantes anteriormente indicados e que já não estão nos órgãos ou foram informalmente substituídos, precisam da devida formalização via ofício ao MMA.
- b) Aprovação dos Critérios Orientadores para Apoio do Fundo Amazônia aos Estados: Este documento que visa fomentar projetos estaduais para fortalecimento da fiscalização, foi fruto de discussão na Câmara Temática de Fiscalização, e outras tratativas juntos aos órgãos estaduais e finalmente aprovada no Comitê Orientador do Fundo Amazônia na reunião de 20 de outubro de 2017. Com isso os estados terão caminho facilitado para acessar os recursos tendo em vista que, ao atenderem os critérios, os projetos contarão com processo de análise padronizado e assim a aprovação deverá ocorrer em tempo reduzido. O documento está disponível no site do Fundo em: (http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/diretrizes_criterios/Apoio_a_eyes_de_fiscalizaxo_dos_Estados.pdf).
- c) Renovação da Portaria Interministerial da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais: Por meio da Portaria nº 594, de 19 de outubro de 201, este importante colegiado teve seu prazo prorrogado por dois anos. A CT de Destinação realizou 82 reuniões entre setembro de 2013 e dezembro de 2017, colocando em consulta cerca de 60 milhões de hectares de terras públicas federais sem destinação definida. Como resultado cerca de 48 milhões foram resolvidos no que concerne a sobreposição de interesses. Deste montante, 5,5 milhões foram em títulos emitidos a particulares, 7,5 milhões para conservação ambiental e gestão florestal (dos quais, 3,5 mi já convertidos em UC), 100 mil hectares para reforma agrária e 2,5 mil para uma reserva indígena. A maior parte, 34 milhões de hectares ficam sob a gestão fundiária, com caminho facilitado para regularização, reforma agrária ou emissão de títulos quando atendidos os requisitos legais. Outros 9 milhões de hectares permanecem em estudo pelo governo federal, sejam antropológicos, fundiários e ambientais.
- d) Lançamento do Amazônia Protege: Lançada em 21 de novembro, esta iniciativa é fruto de parceria entre o MPF, IBAMA e ICMBio. A ação coordenada já resultou na instauração de 757 ações civis públicas (ACPs) em 1.262 áreas de desmatamento ilegal na Amazônia com mais de 60 ha de extensão cada. Os dados de monitoramento por satélite são do período de agosto de 2015 a julho de 2016. Ao todo, os polígonos mapeados ultrapassam 170 mil hectares de corte raso ilegal de floresta.
- e) CONAVEG: breve relato sobre a instalação da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, cujo regimento e mecanismo de funcionamento será pautado na primeira reunião, em 15/12/17.
- f) Grupo de Trabalho para o Cerrado: Relatou-se o avanço das discussões sobre um possível acordo setorial para a cadeia da soja visando frear o desmatamento advindo da expansão desta atividade no Cerrado. Após diversas reuniões em 2017, decidiu-se por criar um GT independente do GTS (moratória da Soja na Amazônia). Este novo grupo incluirá representantes dos produtores, das “traders” associadas à ABIOVE e ANEC, membros da sociedade civil e governo. Este acordo é uma das iniciativas fomentadas no âmbito do PPCerrado e diversas ações do plano dialogam com as necessidades de avanço apontadas pelo grupo em suas reuniões iniciais, como o CAR e o monitoramento oficial do desmatamento.

3. Apresentação dos dados do desmatamento - (INPE)

- O INPE apresentou os dados do DETER B, indicando que neste ano, ao contrário do anterior, não há tanta cobertura de nuvens na Amazônia. A apresentação contou com navegação no portal “Terrabrasilis”, nova plataforma desenvolvida pelo INPE para disponibilizar em tempo real, e com interface gráfica modernizada, os dados do desmatamento. (<http://terrabrasilis.info/DETER-B/>).

Foram demonstradas as funcionalidades do Portal, que permite aplicar diversos filtros, observar períodos específicos, observar a composição dos alertas por municípios entre outras. Observou-se que entre 1º de agosto até o momento da reunião mais de 18 mil alertas haviam sido emitidos, sendo detectados cerca de 2 mil km² de corte raso. Porto Velho (RO) liderava a lista com 150 km²

4ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDam
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

até o período, seguido de São Félix do Xingu (PA) com 101, Lábrea (AM) 87, Nova Mamoré (RO) 81, Colniza (MT) 79 e Altamira (PA) com 74 km².

Além do corte raso, alertou-se para o elevado número de polígonos que se referem a cicatrizes de incêndio (14 mil km²) e degradação florestal (1,3 mil km²), no mesmo período observado.

- Com relação ao Cerrado o INPE informou que os dados mais recentes trabalhados pelo Instituto são os referentes ao período 2013-2015, publicados pelo MMA no site combateadesmatamento.mma.gov.br. Informou que os dados atualizados entre 2010 e 2015 já estão sendo finalizados, uma vez que o dado que está publicado refere-se a duas médias, sendo uma do desmatamento entre 2010 e 2013 e outra entre 2013 e 2015. Além desta atualização os dados de 2016 e 2017 também devem ser finalizados no primeiro semestre de 2018, mesmo período em que a versão já testada do Deter Cerrado será lançada.
- O **CENSIPAM/MD** informou que o monitoramento do desmatamento por imagens de radar (SIPAM-SAR) já está sendo informado ao IBAMA, mas que está apto para uso de instituições como ICMBio e Funai. Após o período de testes, a disponibilização das informações será ampliada a outras instituições e, eventualmente, ao público.

4. Balanço de Trabalho de 2017 das Câmaras Temáticas de Fiscalização Ambiental e de Manejo Florestal

- As Câmaras temáticas, instituídas na primeira reunião da Comissão Executiva, em março, tiveram como objetivo aprofundar o debate e encaminhamentos de soluções para temas considerados prioritários pela comissão.
- **Câmara Temática de Fiscalização Ambiental:** foram realizadas duas reuniões em 2017, em 15 de maio e 23 de agosto. A primeira teve foco no compartilhamento e atualização de informações entre as instituições e na segunda reunião foi aprovado o texto dos Critérios Orientadores para Projetos de Fiscalização Ambiental dos Estados que posteriormente foi submetido ao Fundo Amazônia.
- Observou-se a necessidade de engajamento dos estados, o que deverá ser ampliado com a possibilidade de aporte de até R\$ 20 milhões via Fundo Amazônia. Também se alertou para uma tendência de redução nos quadros do IBAMA, uma vez que não há concursos previstos e muitos servidores estão se aposentando.
- O MMA apresentou proposta de criação de uma **Rede de Fiscalização Ambiental** na Amazônia, cujo ato normativo está em estudo. O propósito é criar um ambiente permeável de colaboração entre os órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, tanto em nível federal quanto estadual, prevendo ainda o convite a outras instituições estratégicas, como exemplo o MPF e a Polícia Federal. A proposta da rede está baseada em uma experiência exitosa em nível continental, que é a Rede Latino Americana de Fiscalização Ambiental, a RedLafica.
- **Câmara Temática de Manejo Florestal:** Houve uma reunião oficial da Câmara, em 12 de maio, no entanto os assuntos relacionados foram tratados e monitorados em reuniões e contatos bilaterais. O representante do SFB na Comissão apresentou o status de algumas das agendas relacionadas com as frentes de trabalho estabelecidas por esta CT, a saber:
- Foi publicado o Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, revisando a norma federal de compras públicas sustentáveis para a inclusão do manejo florestal sustentável e do reflorestamento como critérios de origem sustentável a serem observados nas compras de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros pelos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como pelas empresas estatais dependentes.

4ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

- Foi elaborada versão inicial de Critérios orientadores para fomentar o Manejo Florestal Sustentável a ser submetido para apreciação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.
- Foram realizadas reuniões e uma oficina técnica no Pará, com participação do MMA, SFB, CONAB, representantes do setor madeireiro e as bolsas de mercadorias. A operacionalização da venda de madeira de madeira na plataforma da CONAB está em negociação entre a CONAB, as bolsas e o setor madeireiro.
- A implantação do SINAFLOR promoverá rastreabilidade da exploração comercial da madeira. Módulos em elaboração com previsão de entrada em vigor no início do ano. A maioria dos estados da Amazônia já promoveram integração ao SINAFLOR, com exceção de Mato Grosso e Pará.

5. Apresentação geral do Balanço 2017 (PPCDAm e PPCerrado)

- O relatório de balanço, que havia sido previamente enviado às instituições, foi apresentado pela secretaria executiva, incluindo resgate do contexto da elaboração das novas fases dos planos, análises do desmatamento com base no PRODES 2017 e o processo de monitoramento dos resultados relacionados aos 9 objetivos comuns dos planos com horizonte de 2020.
- Destacou-se a relevância de evolução dos planos e seu monitoramento uma vez que estes estão entre os principais instrumentos relacionados à contribuição do setor florestal para a redução de emissões previstas na NDC brasileira.
- Uma das evoluções citadas será a mensuração do desmatamento ilegal, ou seja, diferenciar do computo geral a supressão de vegetação feita em acordo com a Lei e com a devida autorização do órgão competente. Há uma necessidade de sistematização e disponibilização das informações pelos entes estaduais, sendo que, em parte, será facilitado pela interoperabilidade destes junto ao SINAFLOR. Outra proposta debatida foi a instituição de uma lista positiva, que contemple as áreas que obtiveram a devida autorização para supressão, manejo ou uso do fogo.
- Em seguida, cada uma das 22 fichas de monitoramento constantes do Balanço foi apresentada. Proporcionou-se uma visão de conjunto, a observação do formato do relatório e principalmente um olhar sobre os fatores críticos para a implementação das linhas de ação de modo a subsidiar tomada de decisão e proposição de medidas.
- Neste sentido destacou-se a importância de se primar pela qualidade das informações e dos indicadores, uma vez que o intuito é avaliar periodicamente a distância do alcance dos objetivos para que haja tempo hábil para eventuais correções de rumo.
- As considerações sobre a evolução dos resultados conduziram a reunião para os itens seguintes, sobre a metodologia de monitoramento e as recomendações prioritárias para 2018.

6. Discussão e deliberação da proposta de Resolução nº 1/2017: “Metodologia de monitoramento”

- Apresentou-se proposta de **resolução nº1 com a seguinte ementa “Estabelece os procedimentos para elaboração do relatório de monitoramento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado”**.
- A proposta considera a periodicidade anual para elaboração dos relatórios, a centralidade de prestação de informações junto aos membros nomeados para a comissão, o prazo de resposta, a necessidade de aprovação do relatório pela Comissão, e conteúdo mínimo do documento.

4ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

- Após a leitura e ajustes pontuais a proposta de **Resolução nº1** foi aprovada por unanimidade.
- Foi sugerido que o relatório de balanço de 2017, apresentado na reunião, fosse objeto de aprovação formal, por resolução.
- Após descrição dos termos procedeu-se a aprovação em separado desta resolução, a ser numerada como **Resolução nº2, com a seguinte ementa: “Aprova o relatório de monitoramento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado”**. Aprovada por unanimidade.

7. Discussão e deliberação da proposta de Resolução nº 2/2017: “Recomendações prioritárias para 2018”

- Com a inserção da resolução de aprovação do relatório, as recomendações foram apresentadas como Resolução nº3 com a seguinte ementa: “Recomenda às entidades públicas federais e estaduais medidas para a execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado”.
- Passou-se a análise dos temas, órgão a órgão, e antes que fosse submetida à aprovação, houve a sugestão de se retirar as recomendações às entidades estaduais tanto para dar foco aos desafios em âmbito federal, e possibilitar uma articulação prévia com os estados para que a discussão retornasse à comissão com tempo hábil para o debate qualificado.
- O debate focou no alcance dos objetivos elencados nos planos e teve como subsídio principal os desafios e fatores críticos elencados pelos órgãos em suas fichas de monitoramento com vistas à impulsionar a implementação de ações em 2018. Desta forma não se observará a inclusão de todos os órgãos envolvidos, justamente devido ao caráter de priorização que as recomendações pretendem ter. As recomendações são um alerta para contribuir com o bom andamento das linhas de ação, em especial aquelas que revelaram maior necessidade de atenção.
- A resolução foi aprovada por todos membros presentes, contendo recomendações a uma dezena de órgãos federais, nos termos do anexo, sob a numeração **Resolução nº3 com a seguinte ementa “Recomenda às entidades públicas federais medidas para a execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado”**.

8. Outros assuntos e encaminhamentos gerais

- Estipulou-se prazo até 22 de dezembro para envio de ajustes e informações pendentes ao relatório de balanço de 2017.
- Considerou-se que não havia a necessidade de uma nova aprovação do relatório em caso de recebimento destas informações adicionais, uma vez que dizem respeito apenas às fichas de monitoramento cujas informações são próprias de cada órgão responsável.
- A secretaria-executiva ficou com a responsabilidade de dar publicidade ao relatório de balanço, em especial no site combateademsatamento.mma.gov.br, além de circulá-lo entre os membros das comissões e aos parceiros estratégicos.
- Também ficou à cargo da secretaria-executiva prosseguir com as providências cabíveis para a edição das três resoluções aprovadas na reunião.

4ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

- Acordou-se que após o processo de edição final, inclusive após avaliação jurídica, não havendo alteração significativa do conteúdo destas resoluções, não seria necessária nova aprovação pelas Comissões.

9. Definição de calendário para as reuniões de 2018

- A secretaria executiva enviará proposta de calendário para as reuniões de 2018.
- A cada reunião se ratificará a data e local da reunião subsequente.
- A previsão de data para a próxima reunião é **12/04/2018**.

Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado
Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
Secretaria de Mudança do Clima e Florestas
Ministério do Meio Ambiente